

tir da maneira mais conveniente para o desenvolvimento económico. Haja em vista a mão-de-obra que foge para o sector terciário. Para uma visão um pouco mais completa havia que mencionar o fenómeno da concentração do rendimento; em particular, a propriedade fundiária está excessivamente concentrada, sendo frequentes as situações de latifúndios insuficientemente explorados.

Também não é indiferente a instabilidade política que se verifica em quase todos os países latino-americanos, a qual concorre para uma situação de oportunismo mais do que verdadeira responsabilização e compromisso por parte dos particulares responsáveis pela expansão económica dentro de cada sector.

Por este sumariíssimo enunciado de alguns aspectos definidores da situação na América Latina, em contraste com as esplêndidas potencialidades de desenvolvimento aí existentes, se vê que há sobejas razões para explicar o interesse de que é alvo este continente. Importa, no entanto, recordar outra face do problema: a sua dimensão política. Embora por laços de cultura associada ao Ocidente, a América Latina não deixará de sentir a atracção do socialismo e do comunismo e senti-la-á tanto mais fortemente quanto maior for a situação de miséria e de descalabro económico e social em que se encontre. Daqui o receio dos ocidentais e nova razão do seu interesse directo no problema.

*Mário
Murteira*

O IV Plano Francês: uma experiência de planeamento indicativo

O começo da execução do IV Plano, dito «de desenvolvimento económico e social», e respeitante ao período 1962-1965, veio reavivar o interesse da opinião internacional pelo planeamento económico em França. Por várias razões.

Embora os técnicos do planeamento correntemente afirmem a possibilidade e a conveniência de certas modalidades de programação em sistema de livre empresa, a verdade é que escasseiam as experiências concretas — razoavelmente amadurecidas e eficazes — de planeamento à escala nacional exercido nos capi-

talismos ocidentais. Ora, pode talvez considerar-se o caso francês como a mais lograda e ambiciosa dessas experiências e os sucessivos passos do seu desenvolvimento despertam a atenção de outros países europeus — nomeadamente da Grã-Bretanha — que com simpatia ou antipatia procuram extrair do planeamento francês ensinamentos para as experiências próprias.

Acresce que a França dispõe de um conjunto de economistas de craveira excepcional, e o pensamento económico mais recente desse país — reflectido no notável Tomo IX da Enciclopédia Francesa, «L'Univers Economique et Social» — dificilmente perderá no paralelo com o originário de qualquer outro país ocidental. Embora a teoria sempre sofra de alguma «degradação» na sua passagem à prática, não é indiferente que um homem da reputação de Pierre Massé seja considerado como um dos grandes construtores do Plano, e que alguns outros técnicos de envergadura semelhante estejam directamente ou indirectamente com ele relacionados, seja na realização ou na sua vigilância crítica. O interesse do debate que este IV Plano proporcionou e proporciona em França é testemunhado por um exemplo simples: François Perroux publica na edição «Que sais-je?» um trabalho crítico intitulado «Le IV^e Plan Français», no qual, reconhecendo embora que como experiência de planeamento indicativo deve constituir a «única realização consciente e metódica no Mundo», não se inibe de apresentar um repositório imponente de dúvidas e críticas; ao mesmo tempo, Pierre Massé, ao prefaciá-la obra, reconhece com elegância e humildade — «se me fosse permitido resumir numa palavra a nuance mais sensível que me separa do autor, eu diria que ela se liga às nossas escalas de tempo. É normal que o homem do pensamento puro se encontre avançado em relação ao homem comprometido nos conflitos ambíguos das ideias e da acção». Ora, tanto o primeiro como o segundo, se se interessam pelas questões fundamentais da actividade económica, têm tudo a ganhar numa detida consideração dos debates ocasionados por este Plano. Reservamos para trabalho futuro uma análise de alguns dos problemas levantados, considerando quer as soluções práticas encontradas na França, quer noutros países. De momento, interessa-nos apenas realçar a actividade e importância de algum desses temas.

O que é, exactamente, o planeamento *indicativo*?

É corrente, embora imprecisa, a distinção entre duas concepções de planeamento, uma correspondente ao sistema de livre empresa — em que se trata de coordenar e mobilizar meios de política económica e social para orientar os centros de decisão privados segundo objectivos que pretendem traduzir certa concepção de interesse geral — e outra, o planeamento *imperativo*,

correspondente às sociedades em que existe apropriação pública dos instrumentos de produção. Pierre Massé, no texto que acima referimos, fala de uma terceira categoria, o planeamento *activo* no sentido de que «implica o compromisso, no quadro geral que ele traça, por uma série particular de acções tendendo a fazer passar o Plano para os factos». Cremos que esta distinção não constitui um preciosismo subtil, mas antes destaca um aspecto dos mais importantes da experiência francesa; esta, com efeito, não se limita a uma mera tentativa de racionalização científica da política económica, mas procura inserir-se activamente no processo social de onde resultam as decisões em matéria económica, agrupando e coordenando de várias formas os diferentes interesses em presença. Este facto salienta as ambiguidades do termo *indicativo* aplicado ao planeamento nas sociedades evoluídas do Ocidente, e sugere uma via de investigação ainda pouco explorada.

Um problema que vem na sequência do anterior é o que, no caso francês e no trabalho anteriormente referido, François Perroux tem presente quando se interroga sobre «quem faz o Plano». Esta questão tem evidentes implicações no domínio da Ciência Política e pode, talvez, formular-se do seguinte modo: até que ponto, nos capitalismo evoluídos, o planeamento económico exercido ou orientado pelos poderes públicos pode ser e é realmente conforme a um interesse *geral* suficientemente distinto dos interesses *dominantes*? Segundo aquele autor, o IV Plano não é particularmente nítido naquela distinção, e o facto relaciona-se com a dificuldade em estabelecer uma política de rendimentos claramente referenciada no quadro do planeamento. Uma explicação — embora possivelmente secundária — do facto encontra-se na impreparação técnica e doutrinária dos representantes sindicais para a defesa racional dos interesses que representam. Aqui se desemboca, portanto, numa questão poucas vezes equacionada, que é a de desigual repartição do «know-how» económico e social pelos diferentes grupos de interesse, ocasionando *mais um* elemento de desfavor das classes economicamente débeis. Em igualdade de condições, consegue mais do Poder quem melhor conhece o seu funcionamento e as virtualidades do seu exercício.

No longo inventário de investigações que neste assunto poderíamos facilmente elaborar, acrescentemos ainda outra, naturalmente posta quando se repara que a França procura planear a sua economia no quadro do Mercado Comum: quaisquer que sejam as vicissitudes da integração europeia, caminha-se para a organização da economia em grupos de nações e, sendo assim, ocorre perguntar qual o *sentido de um planeamento exercido por uma nação independentemente das orientações seguidas na política económica das restantes nações*, visto que, ao menos em princípio,

todas elas procuram harmonizar em conjunto a evolução económica e social. Portanto, quais as possibilidades de um certo planeamento concertado à escala do Mercado Comum?

Como simples observação final, notemos a importância dos objectivos *sociais e culturais* do Plano que temos referido. Não só os investimentos sociais adquirem maior relevo no conjunto dos investimentos projectados para o período em questão, como dentro deles se atribui prioridade ao equipamento urbano e rural, à educação nacional, à saúde e à cultura. Assinale-se, nomeadamente, que o Plano prevê um esforço, considerado sem precedentes, no domínio do ensino superior, de forma a tornar possível a *duplicação* do número de estudantes antes de 1970, afirmando-se taxativamente que o ensino «se deverá esforçar por desenvolver nos jovens a faculdade de adaptação às transformações». Ao mesmo tempo, durante a vigência deste Plano, será efectuada uma política de conjunto para a investigação científica e técnica.

Quaisquer que sejam as críticas e interrogações que o IV Plano francês possa ocasionar, não há dúvida de que constitui um instrumento poderoso para que a França possa encontrar-se à altura das exigências dos tempos actuais.